



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de piso vinílico e rodapés (incluso a retirada e a disposição final dos carpetes, mantas vinílicas e rodapés existentes, com a devida limpeza do local), para as salas do 9º andar do Ed. Sede do TRESC, localizado à Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

A Administração do TRESC deseja transformar o 9º andar do Edifício Sede em uma área de *coworking* para os servidores que se encontram em teletrabalho parcial ou integral. O projeto desenvolvido prevê a retirada de parede e divisórias para integrar os ambientes.

O lado esquerdo do 9º andar do Ed. Sede possui revestimento de piso em carpete têxtil que apresenta desgastes visíveis pelos anos de uso, além de demandar esforço considerável para sua manutenção, limpeza e higienização. O lado direito possui piso vinílico na cor azul, também já desbotado e danificado pelo tempo e pelo uso.

Como o Ed. Sede possui cinco outros andares com revestimento de piso em réguas vinílicas, visando garantir um padrão institucional, previu-se a instalação deste mesmo tipo de revestimento no 9º andar. Pisos vinílicos são de fácil limpeza e manutenção, além de proporcionarem um bom conforto acústico e térmico, garantindo um ambiente de trabalho saudável, livre de fungos e ácaros.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

A utilização do revestimento vinílico no piso, com o acabamento de rodapé em poliestireno, representará grandes benefícios para a manutenção e limpeza dos ambientes de trabalho, permitindo uma melhor higienização desses locais, o que refletirá diretamente na saúde dos usuários dessas salas. Outros benefícios decorrentes desta opção de revestimento de piso são a durabilidade, a estética e os confortos térmico e acústico.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

INI1.6 e SGP3

#### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os Estudos Preliminares estão inseridos no PAE 18.615/2022.

#### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista e a contratada é o fornecimento e a instalação de 337,65 metros quadrados de piso vinílico e de 131,90 metros lineares de rodapé, estando inclusos os serviços relacionados à remoção e destinação adequada dos carpetes têxteis, mantas vinílicas e rodapés existentes, bem como a limpeza do local.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

#### 2.7.1. Remoção dos carpetes têxteis, mantas vinílicas e rodapés e limpeza do local

- A empresa contratada deverá remover os carpetes têxteis, mantas vinílicas e rodapés existentes, retirando todos os restos de argamassa e/ou cola existentes no piso. Tais materiais deverão ter destinação adequada, visando, se possível, seu reaproveitamento ou reciclagem.
- Após a remoção dos revestimentos antigos, o piso deverá ser limpo a seco, com vassoura e/ou aspirador de pó.

#### 2.7.2. Fornecimento e instalação do piso vinílico

##### 2.7.2.1 ESPECIFICAÇÕES

- Piso vinílico heterogêneo com base compacta (HTC), em réguas com dimensões aproximadas de 184x950mm; com espessura de 3 mm; peso acima de 5 kg/m<sup>2</sup>; para tipo de tráfego comercial pesado (classificação 33, conforme Tabelas 5 e 6 da NBR 14.917-1:2017); com valor nominal da espessura da camada de uso (G) mínimo de 0,70 mm; resistência à abrasão Classe P (baixo teor de cargas); resistência ao escorregamento R9; classificação de reação ao fogo Classe II A; absorção do som ao impacto mínima de 4dB; emissão de COV menor que 100µg/m<sup>3</sup> (após 28 dias); resistência à ação de cadeiras com rodízios (não pode haver alterações superficiais nem ocorrer delaminações).
- Os pisos vinílicos devem atender à NBR 14.917: Revestimentos resilientes para pisos: manta (rolo) ou placa (régua) vinílica flexível homogênea ou heterogênea em PVC. Parte 1: Requisitos, características e classes.
- As caixas de piso vinílico devem possuir o mesmo lote de fabricação, para evitar diferenças de tonalidade.

##### 2.7.2.2 INSTALAÇÃO

- Antes do início do serviço, fazer uma limpeza profunda no contrapiso, retirando restos de massa, gesso ou pedaços soltos de argamassa. Utilizar lixadeira elétrica ou lixa manual para assegurar que estes restos sejam removidos.
- Antes da instalação das réguas, garantir que o contrapiso esteja nivelado (máximo 3mm de desnível entre dois pontos quando se utiliza a régua de 2m) e sem partes soltas, esfarelamentos ou desprendimentos que possam ocasionar o descolamento do revestimento.
- Os contrapisos deverão ser regularizados e nivelados com argamassa apropriada, de modo a obter uma base lisa e isenta de depressões ou desníveis maiores que o permitido. Corrigir depressões, irregularidades, ondulações ou imperfeições do contrapiso (até 10 mm) com a aplicação de argamassa autonivelante, em camadas de até 3mm de espessura. Após a aplicação da argamassa de nivelamento, lixar o contrapiso com lixadeira elétrica ou lixa manual para ferro (grana 60) e remover a poeira com aspirador de pó ou vassoura e rodo com pano úmido.
- Antes da colagem, as réguas vinílicas devem descansar esticadas no chão por 24 horas.
- A instalação das réguas deve seguir a direção definida em projeto. Planejar a distribuição das réguas evitando recortes estreitos na entrada dos ambientes.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Com a definição do sentido de distribuição das régua, marcar o eixo de início da instalação. Com giz de linha, auxiliado por uma régua metálica, dispor as régua (sem adesivo ainda) até a parede. A primeira régua da segunda fileira deve ser alinhada a 2/3 da régua da fileira anterior.
- Distribuir as régua soltas sobre as últimas coladas (próximas às paredes), encostando-as na parede e executando os recortes com estilete. Dobrar a régua para trás, cortar a sobra com o estilete e encaixar no espaço correto. Repetir este procedimento ao longo de todas as paredes.
- A colagem das régua deve ser feita com adesivos apropriados e indicados pelo fabricante do piso, observando-se as orientações quanto ao seu manuseio e aplicação contidos na embalagem. Os adesivos não podem ser dissolvidos sob quaisquer pretextos.
- Espalhar o adesivo, utilizando uma desempenadeira dentada, conforme indicado pelo fabricante, em áreas de até 10 m<sup>2</sup>, aproximadamente. Aguardar o “tempo de tack” do adesivo e distribuir as régua. Ao finalizar a colagem, pressionar as régua com uma régua de madeira revestida com carpete ou rolo compressor de 50kg para que fiquem bem aderidas ao contrapiso.
- A instalação do revestimento deve ser interrompida nas juntas de dilatação estruturais da edificação.
- Ao final, remover eventual sujidade ou excesso de adesivo e limpar com pano úmido.
- Não poderá haver frestas entre as régua do piso vinílico. O piso não será encerado.
- A instalação das régua vinílicas deve seguir as condições estabelecidas na NBR 14.917: Revestimentos resilientes para pisos: manta (rolo) ou placa (régua) vinílica flexível homogênea ou heterogênea em PVC. Parte 2: Procedimentos para seleção, utilização, instalação, conservação e limpeza.

### 2.7.2.3 INSPEÇÃO DO SERVIÇO

Os seguintes itens serão verificados quando do recebimento dos serviços:

- a) alinhamento dos arremates junto às paredes, cantos e rodapés;
- b) aderência completa e ausência de bolhas de ar;
- c) linearidade do acabamento nas emendas ou juntas;
- d) homogeneidade visual;
- e) limpeza do ambiente.

### 2.7.2.4 QUANTIDADE

- 337,65 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete vírgula sessenta e cinco metros quadrados). A empresa deverá entregar para o TRESC 17 m<sup>2</sup> (dezessete metros quadrados) a mais de piso vinílico para reposições futuras.
- Não foram consideradas perdas nos quantitativos.

### 2.7.3. Fornecimento e instalação dos rodapés

#### 2.7.3.1 ESPECIFICAÇÕES

- Rodapé em poliestireno reciclado (EPS), altura de 70mm, espessura de 13 a 15 mm e comprimento de 2400mm, na cor branca, com peso médio aproximado de 1kg por barra e VOC menor que 0,5 mg/m<sup>3</sup>.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.7.3.2 INSTALAÇÃO

- O corte dos rodapés deve ser executado com serra de meia esquadria, nas medidas e ângulos exatos das paredes. Os encontros de cantos deverão ser executados em meia esquadria, com acabamento perfeito.
- Os rodapés deverão ser instalados utilizando todos os materiais e equipamentos indicados pelo fabricante, como buchas "T" a cada 40 cm (quarenta centímetros) e duas linhas de cola no início ao final da barra, uma parte superior e outra na parte inferior; ou com pinos.
- Executar os acabamentos das emendas dos rodapés ou dos rodapés com as paredes com massa acrílica ou a própria cola de rodapé. Remover os excessos com pano úmido e limpo.
- Não serão aceitas frestas maiores que 2mm nos encontros entre os rodapés e os pisos.

### 2.7.3.3 QUANTIDADE

- 131,90 m (cento e trinta e um vírgula noventa metros lineares).
- Não foram consideradas perdas nos quantitativos.

### PRAZO E LOCAIS DE EXECUÇÃO

- A empresa contratada deverá executar os serviços no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC.
- Local de execução dos serviços: 9º andar do Ed. Sede do TRESC, situado na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC.

### OBSERVAÇÕES

- As medidas dos ambientes devem ser conferidas no local.
- A empresa vencedora deverá fornecer todos os materiais e executar os serviços de acordo com os documentos disponibilizados pelo TRESC, com perfeito acabamento.
- A indicação de marcas presta-se tão somente para determinar os requisitos mínimos que devem estar presentes no objeto, aceitando-se produtos similares ou de características superiores que detenham as mencionadas especificações.
- Em caso de dúvidas, a Seção de Engenharia e Arquitetura (SEA) deverá ser consultada pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.9. Parcelamento e Adjudicação

O parcelamento do objeto não cabe a esta contratação, porque deve ser garantida a uniformidade dos materiais e a execução dos serviços contratados. A adjudicação deve ser global, em razão dos itens a serem fornecidos e executados, a fim de garantir a qualidade final dos serviços e sua adequada fiscalização.

### 2.10. Seleção do Fornecedor

Deverá ser selecionado o fornecedor que atender a todos os requisitos relacionados ao objeto,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

bem como apresentar a documentação requerida.

### 2.10.1 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e  
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica."

### 2.10.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### 2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

A modalidade de licitação será o Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

### 2.12. Impacto Ambiental

A fim de minimizar o impacto ambiental decorrente desta contratação, a Contratada deve comprovar que a empresa responsável pela coleta, transporte e bota-fora do entulho gerado possua autorização fornecida pela Prefeitura Municipal ou por órgãos ambientais, para a realização destes serviços.

### 2.13. Conformidade Técnica

- ABNT NBR 14.917-1:2017 – Revestimentos resilientes para pisos: manta (rolo) ou placa (régua) vinílica flexível homogênea ou heterogênea em PVC. Parte 1: Requisitos, características e classes.
- ABNT NBR 14.917-2:2017 – Revestimentos resilientes para pisos: manta (rolo) ou placa (régua) vinílica flexível homogênea ou heterogênea em PVC. Parte 2: Procedimentos para seleção, utilização, instalação, conservação e limpeza.
- ABNT NBR 16.866:2020 – Poliestireno expandido (EPS): Determinação das propriedades.
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

### 2.14. Obrigações da Proponente

- 2.14.1 Recomenda-se à(s) empresa(s) proponente(s) realizarem visita técnica ao local onde serão prestados os serviços objeto deste Projeto Básico.
- 2.14.2 Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser previamente agendada pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br) ou telefone (48) 3251-7464, das 13 às 19h, junto à Seção de Engenharia e Arquitetura.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.14.3 A visita técnica deve ser realizada pelo representante indicado pela empresa e acompanhada por representante do TRE-SC, designado para esse fim.
- 2.14.4 A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

### **2.15. Obrigações da Contratante**

- 2.15.1 Autorizar o início dos serviços.
- 2.15.2 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela CONTRATADA, e sua aprovação pelo Contratante.
- 2.15.3 Promover a fiscalização da presente aquisição através da Seção de Engenharia e Arquitetura, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.4 Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- 2.15.5 Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.6 Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### **2.16. Obrigações da Contratada**

- 2.16.1. Antes de iniciar a execução dos serviços, visitar o local para avaliar condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- 2.16.2. Executar os serviços no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura, nas condições estipuladas na proposta.
- 2.16.3. Conferir as medidas no local de prestação dos serviços.
- 2.16.4. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou lista de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 2.16.5. Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos, reposição de materiais danificados em virtude da execução dos serviços.
- 2.16.6. Responsabilizar-se pela perfeita funcionalidade, resistência às cargas solicitadas e integridade da fixação dos produtos instalados. Responsabilizar-se, ainda, pela qualidade dos produtos e serviços, verificando a conformidade com o projeto, com as especificações e com as normas técnicas pertinentes.
- 2.16.7. Efetuar a limpeza diária do local dos serviços e de todas as dependências que forem utilizadas, mantendo-os em perfeita ordem durante a execução dos serviços, fazendo, inclusive a remoção dos entulhos.
- 2.16.8. A empresa contratada deverá recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações do CONAMA (Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.
- 2.16.9. Caberá à empresa contratada a integral responsabilidade pela guarda de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.10. Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e de segurança do trabalho, conforme NR-18 e legislações federais, estaduais e municipais relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 2.16.11. Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como as normas locais.
- 2.16.12. Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus funcionários que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da fiscalização dos serviços pelo TRESA.
- 2.16.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.
- 2.16.14. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.
- 2.16.15. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 2.16.16. Responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRESA.
- 2.16.17. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sem prévia anuência do TRESA.
- 2.16.18. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.16.19. Substituir o material/refazer o serviço, no prazo de 10 (dez) dias que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha(m) a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que para a sua ocorrência não tenha contribuído - por ação ou omissão - o TRESA.
  - 2.16.19.1 Estando em mora a empresa vencedora, o prazo para refazimento dos serviços que trata o item acima, não interromperá a multa por atraso prevista neste projeto.
  - 2.16.19.2 Em caso de refazimento do serviço, conforme previsto no subitem 2.16.19, correrá a conta da empresa vencedora as despesas decorrentes da devolução e nova entrega do produto.
- 2.16.20. Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados na edificação em decorrência da execução dos serviços, conforme art. 70 da Lei 8.666/93: *"O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado"*.
- 2.16.21. Proceder ao final dos serviços à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.

### 2.16 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## 3 Especificação Técnica Detalhada

### 3.16 Requisitos Técnicos

Conforme definido no item 2.7 deste Projeto Básico.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 3.16.1 Marcas e Modelos / Códigos de Referência

A empresa licitante deverá indicar, no momento da licitação, a marca e a especificação completa dos seguintes produtos que serão utilizados na execução do contrato:

- Piso vinílico: Linha Ambienta Coleção Series, cor Cinnamon (código 24044629), da Tarkett.
- Argamassa de preparação e nivelamento do contrapiso: Tarkomassa Autonivelante, da Tarkett.
- Adesivo: Globalfix, da Tarkett.
- Rodapé em poliestireno, 451 RP/BR, código 20229, na cor branca, da Santa Luzia Rodapés e Acabamentos.

**ATENÇÃO: A(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.**

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

### 3.16.2 Códigos SIASG

5312 (instalação/manutenção de piso em geral)

### 3.16.3 Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até a efetiva entrega dos serviços contratados.

### 3.17 Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, 25 de maio de 2022.





# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

A execução e a gestão do contrato ficarão a cargo do titular da Seção de Engenharia e Serviços, seu substituto, ou superior hierárquico.

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

##### 1.1.1 TRESC

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Material procederá o encaminhamento do contrato à parte contratada; a publicação do Contrato no site do TRESC; a informação à unidade demandante, do Gestor da Contratação e demais partes interessadas.

Após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, a empresa deverá agendar visita técnica ao local de execução dos serviços para a conferência das medidas e avaliação das demais condicionantes do projeto.

Durante o andamento dos serviços, as dúvidas sobre os projetos poderão ser sanadas pela SEA.

A Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou sua substituta, ou seu superior imediato, acompanhará a execução dos serviços e receberá o objeto, conferindo as especificações descritas no Contrato.

A comunicação entre o TRESC e a Contratada poderá ocorrer pelos seguintes canais:

- por meio de mensagem por e-mail: [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br);
- pelo telefone (48) 3251-7464;
- pessoalmente, no local da prestação dos serviços.

##### 1.1.2 Contratada

- Agendar com o Gestor do Contrato a visita ao local de execução dos serviços para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- Comunicar à Gestão do Contrato a(s) data(s) e horário(s) de realização dos serviços pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br), para autorização de acesso e acompanhamento.
- A empresa contratada deverá executar os serviços nos prazos e demais condições estipuladas neste Projeto Básico, não sendo possível transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC. Deve, ainda, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante a execução do contrato.

### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

O início dos serviços será a partir da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura – SEA. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 3 (três) dias úteis contados da autorização emitida pela SEA, por meio do e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

A CONTRATADA deverá executar os serviços no prazo máximo de 20 (vinte) dias, após a autorização emitida para este fim.

A CONTRATADA deve definir estratégia de trabalho que minimize inconvenientes aos usuários da edificação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os locais de carga e descarga dos materiais e de armazenamento provisório serão definidos em comum acordo entre a Contratada e o Gestor do Contrato.

A CONTRATADA deve providenciar a sinalização e o isolamento das áreas onde haverá armazenamento e movimentação de materiais.

Obriga-se a CONTRATADA a fornecer as ferramentas, instrumentos, equipamentos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual (EPI) aos funcionários.

Os serviços a serem executados deverão estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, das legislações municipal, estadual e federal vigentes e das normas técnicas da ABNT, no que couber.

Todas as medidas e cotas apresentadas em croqui são indicativas, devendo ser confirmadas no local.

A Nota Fiscal/Fatura será emitida e entregue ao Gestor do Contrato após autorização de faturamento. O Gestor do Contrato somente atestará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

### 1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

### 1.4. Prazos de Garantia

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

### 1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto ao Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da Chefia da Seção de Engenharia e Arquitetura.

O Gestor da Contratação terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) aprovar materiais similares propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

### 1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e serão descredenciados no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas "a", "b", "d" e "e" do subitem 1.11.2.1 poderão



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

- 1.11.3.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;
- 1.11.3.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do contrato;
- 1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor do contrato;
- 1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESA, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.5. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea "c" do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRESA.

1.11.6. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.6.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.6, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.6.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.7. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.8. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

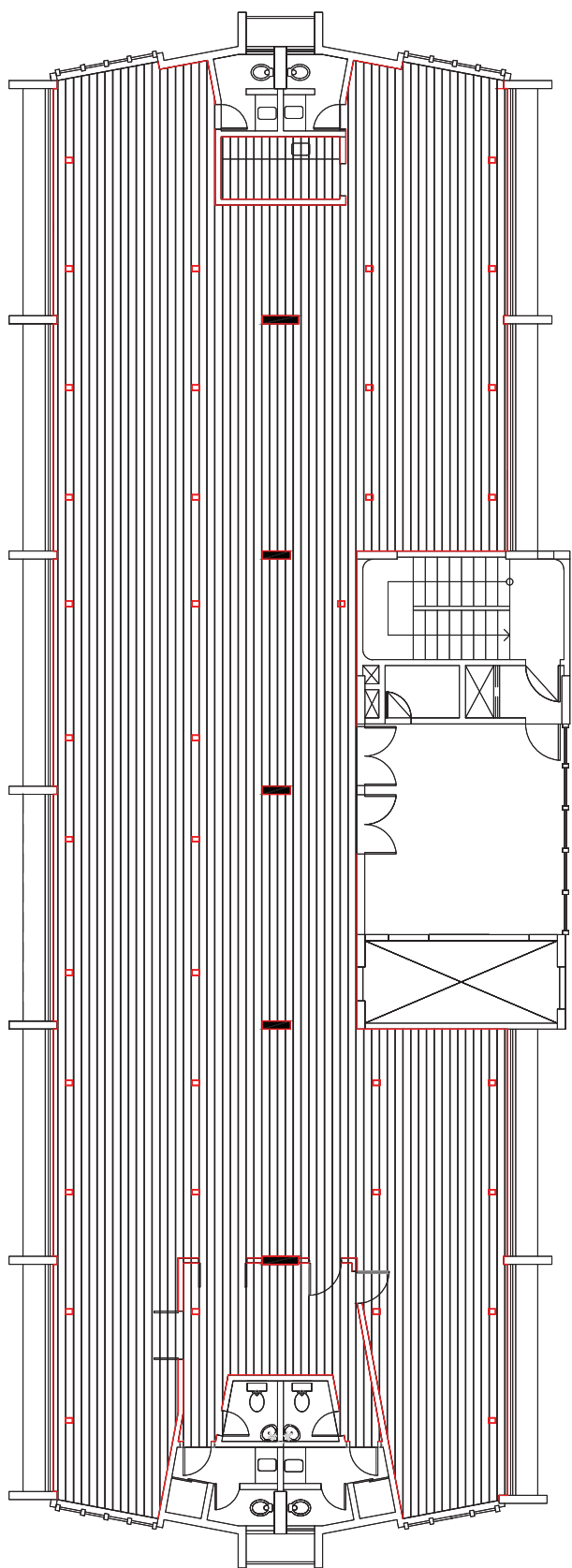
1.11.8.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.8.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.8.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea "c" do subitem 11.4 exaure-se a esfera administrativa.




Planta Baixa  
Sem Escala

Piso vinílico - 337,65 m²

Rodapé em poliestireno - 131,90 m

☐ Recortes tomadas de piso

<b>Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina</b>	
	PROJETO: <b>Substituição Revestimento de Piso e Rodapés</b> 9º Andar
OBRA:	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - ED. SEDE
ENDEREÇO:	RUA ESTEVES JÚNIOR, 68 - CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC
CHIEF SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:	SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:
Eng. Palmyra F. Reis Repette CREA-SC 085.995-2	
DESENHO:	DATA: Maio/2022
ARQUIVO:	REVISÃO: 0
[SEDE] PISO VINÍLICO E RODAPÉ	
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina CNPJ: 05.858.851/0001-93	
ESCALA:	INDICADA
FRANCHA:	A3
01 / 01	